

P A C - SOCIETÁRIO



2021

REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA
CONTADOR
CRC 1SP198857/O-2

MISSÃO, VISÃO e VALORES

MISSÃO

Distribuir energia elétrica para os associados e consumidores com qualidade e ótimo atendimento, fortalecendo o cooperativismo.

VISÃO

Ser referência pela excelência na prestação de serviços, distribuição e geração de energia elétrica.

VALORES

- **Associados e colaboradores**
- **Excelência em serviços e distribuição de energia elétrica**
- **Ética**
- **Transparência**
- **Responsabilidade social**
- **Desenvolvimento regional e meio ambiente**

DIRETORIA 2021

Conselho de Administração

Laurindo Pereira Pinto	Presidente
João Koga	Vice-Presidente
Rosalina de Araujo Maria	Secretária
Maria do Carmo Chelist Miras	Diretor Vogal
Marco Antonio Machado	Diretor Vogal
Henrique Cirilo	Diretor Vogal
Marcio Weiss	Diretor Vogal

Conselho Fiscal

Marco Aurélio da Costa Soares	Conselheiro Titular
Marcelo Eleutério	Conselheiro Titular
Audir Canevari	Conselheiro Titular
Mario Daniel Do Amaral	Conselheiro Suplente
Clovis Vaz De Lima	Conselheiro Suplente
Eduardo Rodrigues Barbosa	Conselheiro Suplente

Sumário

Relatório da Administração Societário.....	3
Carta do Presidente	4
Carta do Contador.....	5
Carta do Engenheiro	6
Cenário.....	7
Desempenho econômico-financeiro	13
Gestão.....	18
Agradecimentos.....	21
Balanco Patrimonial Societário	22
Demonstração do Resultado do Exercício Societário	24
Demonstração das Sobras / Perdas e Resultados do Exercício.....	26
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Societário	27
Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	28
Notas Explicativas.....	29
Parecer do Conselho Fiscal Societário.....	60
Parecer dos Auditores Independentes Societário	61

Relatório da Administração Societário

Senhores Cooperados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

No Cinquentenário da CERIS – 50 anos iluminando, 2021 foi o quarto ano desta gestão na permissionária CERIS.

Esta cooperativa presta serviço de distribuição de energia no setor elétrico que é regulado pela ANEEL e continuamos com bons índices de satisfação do cliente.

Mesmo diante das dificuldades de um ano atípico devido a pandemia, seguimos investindo na melhoria da infraestrutura de trabalho, bem como cumprimos o PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição ultrapassando um milhão de reais, que envolve investimento, manutenção e melhoria nas redes, visando à diminuição contínua do número de ocorrências de falta de energia advindas de eventos da natureza.

Com 234 ligações novas executadas, atingiu-se a marca de 6.421 unidades consumidoras.

Em resumo, nos últimos anos tivemos uma evolução nos investimentos nas redes e na infraestrutura de trabalho, bem como nas sobras que têm dado mais segurança financeira à CERIS.

Cooperativismo buscando excelência na distribuição de energia através da melhoria contínua com responsabilidade regulatória, social, fiscal e ambiental.

Em 2022, desejo que a CERIS continue trilhando os melhores caminhos. Que Deus continue abençoando a todos.

Laurindo Pereira Pinto

Presidente

Carta do Contador

“Divide as dificuldades que tenhas de examinar em tantas partes quantas for possível para uma melhor solução.”

René Descartes

Apresento as Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal do Exercício de 2021, as quais trazem toda a movimentação Patrimonial, Econômica e Financeira desta Cooperativa Permissionária, de forma a subsidiar seus Cooperados, Usuários, Governo e Sociedade em geral em suas decisões.

Cabe, porém, tecer alguns comentários a respeito dos resultados alcançados.

A Cooperativas apresentou resultados totalmente divergentes quando comparamos a movimentação Regulatória da Societária, onde a primeira foi bem menor que a segunda e ainda menores se confrontados com os anos anteriores.

Vejo como razão, além das medidas tomadas durante o período pandêmico do Coronavírus, o aumento dos custos no Setor Energético, devido à adoção de políticas ineficientes e a falta investimentos para o enfrentamentos de eventos adversos como o que atravessamos, me refiro a Escassez Hídrica, que obrigou a contratação de geração térmica, que aumentou as tarifas de energia dos consumidores, ocasionando um aumento percentual de inadimplentes, fazendo com que as Distribuidoras lançassem mão de suas reservas ou buscando recursos junto a instituições financeiras a juros altos.

Mesmo assim a CERIS ainda pode manter uma boa saúde financeira, sem que tivesse que cortar investimentos na melhoria da sua rede de distribuição ou reduzir benefícios a seus colaboradores.

Tal cenário portanto pode ser observado das Demonstrações Contábeis e Financeiras anexas.

Agradeço a DEUS por mais um ano, e que os próximos sejam de RENOVAÇÃO para todos.

São Lourenço da Serra – SP, 04/2022

Regivaldo das Virgens Silva

Contador

CRC: 1SP198857/O-2

Carta do Engenheiro

No ano de 2021 tivemos a continuidade da pandemia do coronavírus com as novas variantes, porém, foi o ano de tomarmos primeira, segunda doses e reforço das vacinas, o que eliminou o afastamento dos colaboradores pela infecção do vírus, ou seja, o último funcionário afastado foi durante a primeira dose. Considerando o período de 2020 e até aplicação da primeira dose, tivemos 22% do quadro de funcionários confirmado de terem contraído o vírus, sendo na maioria recuperados em isolamento domiciliar. Outro fato a citar é que além das vacinas, houve a conscientização dos colaboradores do uso das máscaras, higienização das mãos com álcool gel, quando possível água e sabão. Com isso, permitiu assegurar o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, bem como, em atender aos pedidos de ligação da mesma, com recordes no número de solicitações dependente de obra na rede.

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra – CERIS, recebe energia elétrica através de 15 pontos de conexões com a Supridora ENEL (ELETROPAULO) e distribui energia para uma região predominantemente rural com uma área de permissão de 235,64 Km², que abrange parte dos municípios de Embu Guaçu, Juquitiba, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra e São Paulo. Atuamos fortemente na melhoria/manutenção das nossas redes, nas podas de árvores e na manutenção da faixa sobre a rede primária e secundária. Reafirmando assim o nosso compromisso com a qualidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica.

É com grande satisfação que parabenizo a família CERIS pelo empenho e dedicação em atender o Plano de Investimento, compromissado no início de 2021, bem como, o atendimento das solicitações de ligações de energia elétrica no prazo estabelecido pelo órgão regulador.

Geraldo Yasuo Yoshitake

Gerente de Distribuição de Energia Elétrica

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de quase cinco décadas de existência.

A CERIS distribui energia elétrica na área definida pela poligonal, nos municípios de São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Juquitiba e pequena parte de São Paulo, zona urbana e parte da zona rural. Atualmente, possui 6.421 consumidores divididos em 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

- **Ligação de Consumidores** - foram realizadas, no ano de 2021, 234 novas ligações, sendo 228 Residenciais, 1 Iluminação Pública, 4 Comercial, 1 industrial, totalizando 6.421 consumidores atendidos.
- **Comportamento do Mercado** - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A, atual ENEL Energia e participação do Programa Governamental PROINFA.

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica para os municípios de Embu Guaçu, Itapecerica Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo. Não atendemos nenhum consumidor livre dentro de nossa área de Permissão.

Número de Consumidores

Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	5.519	5.679	5.827	6.072	6.235
Comercial	83	82	85	87	88
Industrial	1	-	-	-	1
Rural	33	39	42	41	42
Poderes Públicos	21	19	18	18	18
Iluminação Pública	32	33	34	34	36
Serviço Público	1	1	1	1	1
Total	5.690	5.853	6.007	6.253	6.421
Variação	7,10%	2,86%	2,63%	4,10%	2,69%

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapequerica da Serra, no ano 2021, foi de 16,32 GWh, tendo apresentado uma redução de 2,80% em relação a 2020.

As classes que tiveram maiores variações positivas em 2021 foram: Industrial com 100%, sendo que havia apenas 1 (hum) consumidor em 2020 e a de Iluminação Pública com 3,59%

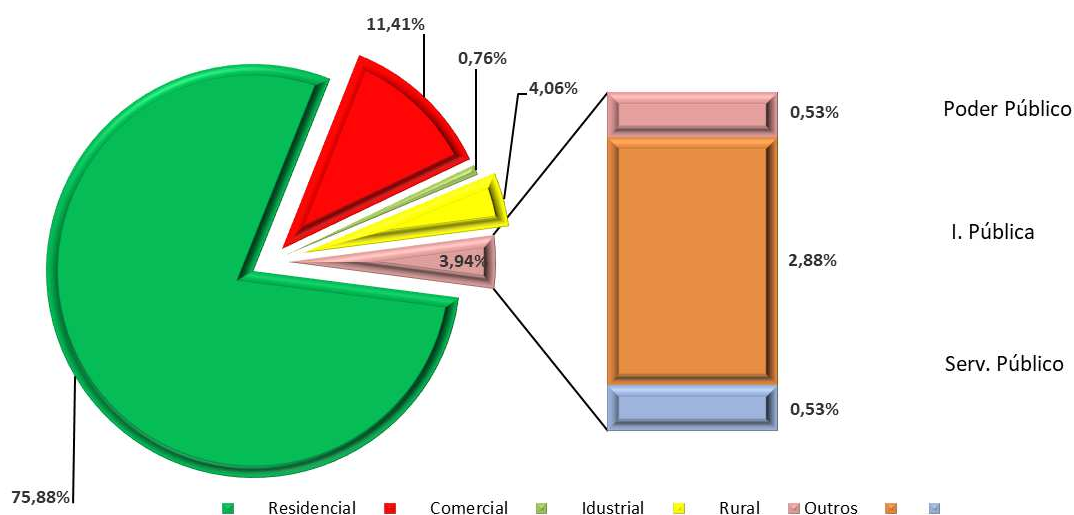
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Balço Energético

Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	16,10	15,92	15,94	16,79	16,32
Fornecimento	16,10	15,92	15,94	16,79	16,32
Residencial	12,36	12,26	12,24	13,08	12,90
Comercial	2,43	2,37	2,38	2,27	1,93
Industrial	0,05	-	-	-	0,13
Rural	0,68	0,71	0,76	0,80	0,69
Poderes Públicos	0,16	0,16	0,02	0,08	0,09
Iluminação Pública	0,42	0,42	0,46	0,47	0,49
Serviço Público	-	-	0,08	0,09	0,09
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	16,10	15,92	15,94	16,79	16,32
Variação	1,13%	-1,12%	0,09%	5,37%	-2,80%

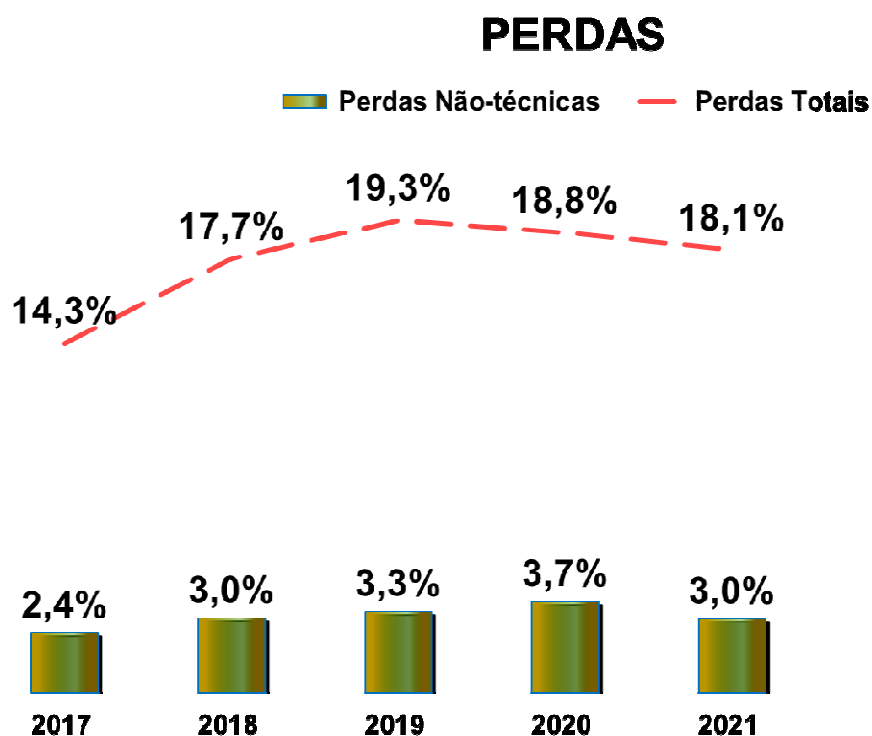
Consumo Por Classe de Consumidores



As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma queda de (0,07)% em 2021 em relação a 2020

Energia Requerida - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Venda de Energia	16,10	15,94	16,07	16,79	16,32
- Fornecimento	16,10	15,94	16,07	16,79	16,32
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	16,10	15,94	16,07	16,79	16,32
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	2,68	3,43	3,84	3,88	3,60
Perdas Técnicas	2,22	2,84	3,18	3,11	3,00
Perdas não Técnicas - PNT	0,46	0,59	0,66	0,77	0,60
PNT / Energia Requerida %	2,4%	3,0%	3,3%	3,7%	3,0%
Perdas Totais - PT	2,68	3,43	3,84	3,88	3,60
PT / Energia Requerida %	14,3%	17,7%	19,3%	18,8%	18,1%
Total	18,78	19,37	19,91	20,67	19,92

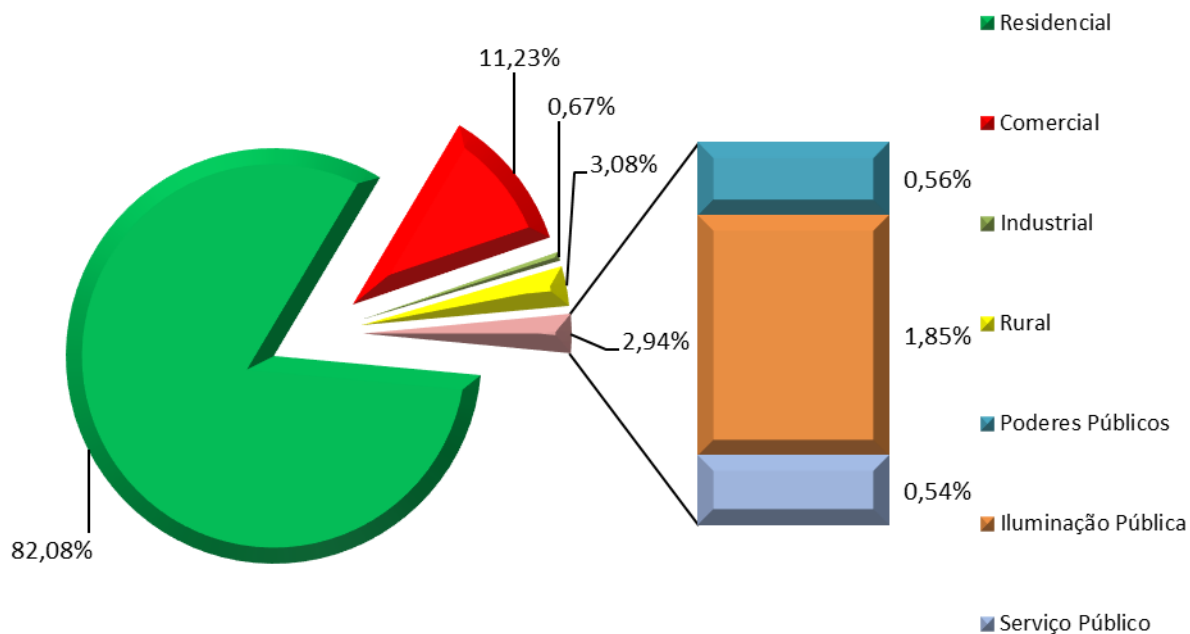
Gráfico de Perdas



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 14.001,17 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ Mil		%
	2021	2020	
Residencial	11.491,82	9.359,43	22,78%
Comercial	1.572,36	1.535,54	2,40%
Industrial	93,41	0,00	0,00%
Rural	431,54	361,46	19,39%
Outros	412,03	300,56	37,09%
Poderes Públicos	77,93	58,80	32,54%
Iluminação Pública	258,62	184,10	40,48%
Serviço Público	75,48	57,67	30,88%
Total	14.001,17	11.557,00	21,15%

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2021, apresentou um crescimento de 2,69% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de Consumidores		Var %
	2021	2020	
Residencial	6.235	6.072	2,68%
Comercial	88	87	1,15%
Industrial	1	0	0,00%
Rural	42	41	2,44%
Outros	55	53	8,74%
Poderes Públicos	18	17	5,88%
Iluminação Pública	36	35	2,86%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	6.421	6.253	2,69%

Tarifas - As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, após a realização do IRT ocorrida em 07/2021, são as relacionadas no quadro abaixo.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	722,29
Comercial	670,02
Industrial	574,16
Rural	625,59
Outros	507,38

Tarifa Baixa Renda por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Faixa de consumo	0 a 30	31 a 100	101 a 220	Acima 220
Tarifas Brutas	0,21692	0,37186	0,55778	0,61976

Segue abaixo valores de DMR – Diferença Mensal de Receita apuradas em 2021 referentes a aplicação de Tarifa Social Baixa Renda e a correspondente Fonte de Custeio.

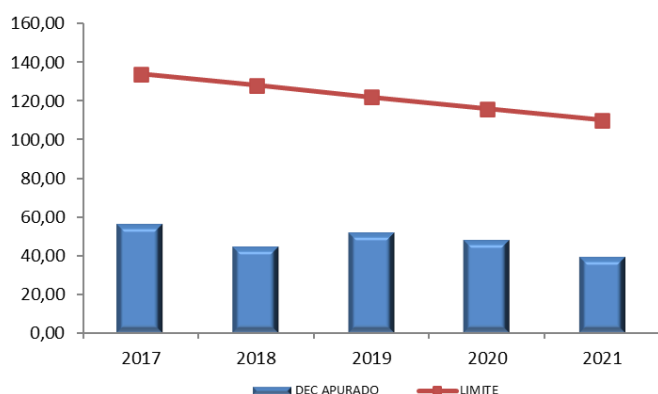
Evolução Mensal por Distribuidora						
Ceris - 2021						
Referência	Número de Unidades Consumidoras			DMR - Diferença Mensal de Receita solicitada (R\$)	Fontes de Custeio da TSEE	
	Residencial Total	Baixa Renda	% Baixa Renda / Residencial		CDE (R\$)	TARIFA (R\$)
jan/21	6.116	112	1,83	3.297,23	3.297,23	0
fev/21	6.131	113	1,84	3.262,81	3.262,81	0
mar/21	6.127	115	1,88	3.330,17	3.330,17	0
abr/21	6.145	114	1,86	3.364,59	3.364,59	0
mai/21	6.156	116	1,88	3.349,89	3.349,89	0
jun/21	6.162	118	1,91	3.404,38	3.404,38	0
jul/21	6.177	125	2,02	3.547,41	3.547,41	0
ago/21	6.189	130	2,1	4.002,25	4.002,25	0
set/21	6.206	126	2,03	4.144,88	4.144,88	0
out/21	6.224	134	2,15	4.460,95	4.460,95	0
nov/21	6.226	147	2,36	4.847,66	4.847,66	0
dez/21	6.235	151	2,42	4.928,95	4.928,95	0
TOTAL				45.941,17	45.941,17	0

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

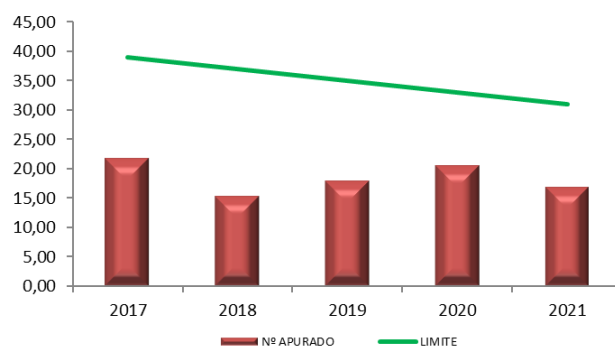
LIMITES ANEEL	DEC	FEC
2017	134	39
2018	128	37
2019	122	35
2020	116	33
2021	110	31

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2017	56,34	21,79	2,99
2018	44,75	15,38	2,88
2019	52,09	18,02	3,28
2020	47,91	20,67	2,50
2021	39,20	16,90	2,94

DEC (Horas)



FEC (Interrupções)



Atendimento ao consumidor - A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios dos Municípios atendidos pela CERIS se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, o lucro líquido societário foi de R\$745,74, contra R\$ 966,56 em 2020, uma variação negativa de (22,85%).

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

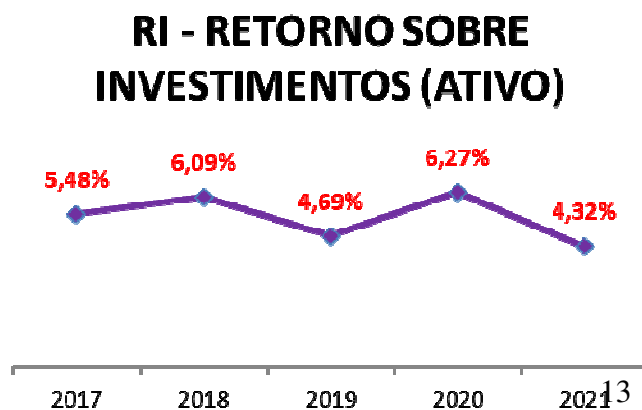
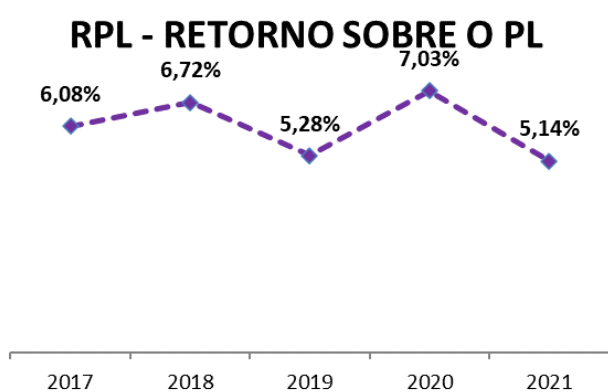
A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo devesse seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

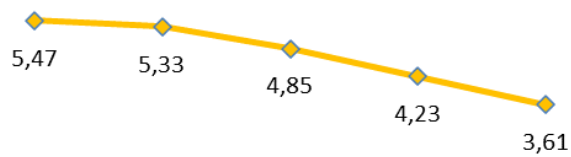
RESULTADO SOCIETÁRIO:	R\$/mil 745,74
RESULTADO REGULATÓRIO:	R\$/mil 199,15
RESULTADO FISCAL:	R\$/mil 178,32

A receita operacional líquida societária atingiu R\$/Mil 11.600,70, enquanto em 2020 situou-se em R\$/Mil 10,534,19.

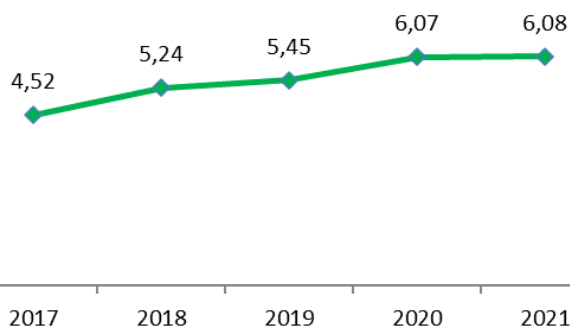
As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$/Mil 7.045,04, 21,77% superiores em relação a 2020. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 5,14%. Segue alguns gráficos de indicadores Econômicos que demonstram a evolução da Cooperativa no período dos últimos 5 anos:



LG - LIQUIDEZ GERAL

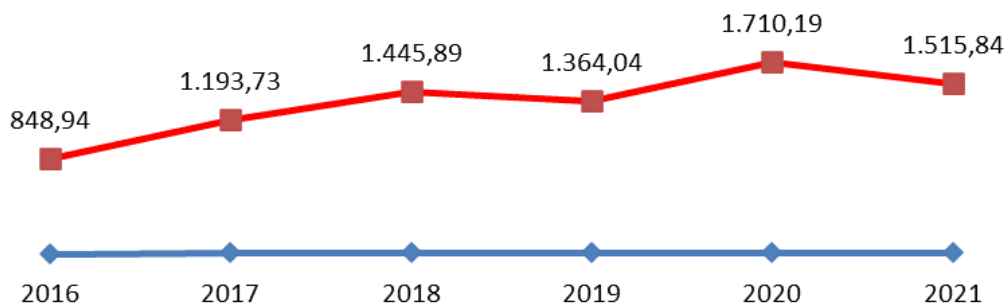


LC - LIQUIDEZ CORRENTE



EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$/Mil 1.515,84, inferior em 11,36 % a 2020, que foi de R\$/Mil 1.710,19, conforme evolução abaixo:

EBTIDA ou LAJIDA (Legislação Societária)



Investimentos:

Em 2021, os investimentos da Companhia, importaram em R\$/mil 1.398,77, deste montante, R\$/Mil 1.023,47 foi aplicado diretamente no PDD projetado em 2020 para o ano de 2021. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 3.800,00 R\$/mil.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais				R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2021				
	2019	2020	2021		2022	2023	2024	2025	2026
AIS Bruto ¹	550,46	576,34	1.023,47	77,58%	760,00	760,00	760,00	760,00	760,00
Transformador de Distribuição	128,15	74,39	128,12		90,00	90,00	90,00	90,00	90,00
Medidor	59,49	103,44	253,64		216,00	216,00	216,00	216,00	216,00
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	57,46	62,89	135,86		56,00	56,00	56,00	56,00	56,00
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	305,36	335,62	505,85		398,00	398,00	398,00	398,00	398,00
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

R\$ Mil	2021R	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P
Plano de Investimentos 2021	1.023,47	760,00	760,00	760,00	760,00	760,00

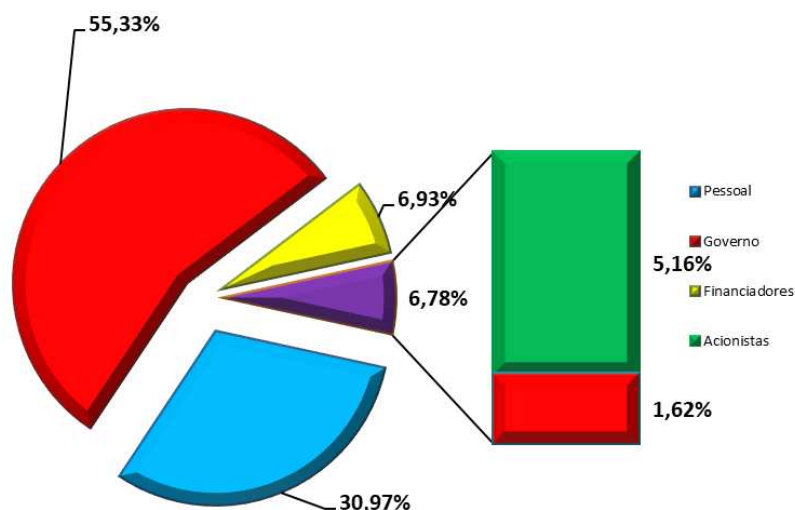
R\$ Mil	2021P	2022R	2023R	2024R	2025R
Plano de Investimentos 2020	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00

Diferença	104,7%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%
-----------	--------	-------	-------	-------	-------

Aumentamos o grau de investimento em 2021 em relação ao PDD de 2020, considerando em atender a Resolução Normativa 871/20 de 11/02/2020 e a continuidade no investimento em manutenção e recondutoramento de trechos de rede em regiões arborizadas de cabo nu por cabo recoberto, com objetivo na melhoria dos índices de continuidade.

Valor adicionado: Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela COOPERATIVA foi de R\$/mil 10.996,27, representando 65,23% da Receita Operacional bruta, com a seguinte distribuição:

D V A 2021 - SOC



Obs. Do percentual relacionado aos valores destinados aos Acionistas, 6,78%, 5,16% referem-se aos valores de sobras totais apuradas, sobre as quais foram feitas as destinações estatutárias de 20% (10% Reserva Legal, 5% RATES e 5% Reserva Investimento); 1,62 % referem-se aos Lucros sobre Atos não Cooperados, que foram transferidos para a Conta de Reserva RATES conforme determinação da Lei.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os Cooperados se reúnem e deliberam sobre a destinação das sobras acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de março de cada ano.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da CERIS era de R\$ 4.028,29 mil, composto por 402.829.322 mil cotas, com valor nominal de R\$ 0,01.

Números de Quotas em milhares		
Acionistas		%
Cooperados	402.829.322	100
		0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
Total	402.829.322	100

Atendimento aos Cooperados/Consumidores: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Cooperados/Consumidores de forma cordial e isonômica. O atendimento é realizado na sua sede.

Seguem alguns números apurados no ano de 2021 da qualidade de atendimento da CERIS:

Serviços Comerciais

Tempos médios de atendimento					
CERIS - Mensal / 2021					
MÊS	NIE	NUMOCOR R	TMD	TME	TMP
Janeiro	190	199	35,00	55,05	81,61
Fevereiro	181	195	33,37	61,21	131,32
Março	177	190	34,84	48,37	84,90
Abril	73	76	33,71	49,08	52,32
Maiο	102	105	32,71	45,78	85,87
Junho	65	78	31,92	36,85	51,78
Julho	90	94	29,62	50,10	59,51
Agosto	93	97	27,74	54,28	89,70
Setembro	110	115	32,27	51,30	56,09
Outubro	161	176	32,05	52,23	90,75
Novembro	98	104	33,07	57,28	72,00
Dezembro	160	168	35,76	68,88	240,10
CERIS - ANUAL / 2021					
ANO	NIE	NUMOCOR R	TMD	TME	TMP
2021	1500	1597	33,09	53,91	99,91

Índices de Compensação de Continuidade					
Região SUDESTE					
CERIS - 2021					
Compensações	DIC, FIC e DMIC			DICRI	Total
	Mensais	Trimestrais	Anuais	Mensais	
Quantidade das compensações	1.000	110	301	409	1.820
Valor das compensações (R\$)	12.190,74	492,95	8.427,17	4.765,05	25.875,91

Urbano

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Itapeçerica da Serra			DIC (em horas)			FIC (número de interrupções)			DMIC (em horas)	DICRI (em horas)
Conjunto	DEC	FEC	ANUAL	TRIM.	MENSAL	ANUAL	TRIM.	MENSAL	MENSAL	INTERRUPÇÃO
CERIS	110	31	92,46	46,23	23,11	21,23	10,61	5,3	10,94	12,22

Não urbano

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Itapeçerica da Serra			DIC (em horas)			FIC (número de interrupções)			DMIC (em horas)	DICRI (em horas)
Conjunto	DEC	FEC	ANUAL	TRIM.	MENSAL	ANUAL	TRIM.	MENSAL	MENSAL	INTERRUPÇÃO
CERIS	110	31	116,2	58,1	29,05	38,86	19,43	9,71	15,08	16,6

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da CERIS vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Gerencia da Empresa têm se reunido com os Consultores e Diretoria, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os passivos setoriais criados em função dos atrasos nos pagamentos dos subsídios obrigatórios. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o resultado positivo deste exercício, mesmo em tempos de crise.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos anualmente, serviu de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazo.

Gestão pela qualidade total: Em 2021, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, desta forma, a CERIS teve sua revisão em 11/2021, comprovando assim as suas boas práticas.

Também no ano de 2021, a CERIS implantou políticas de acesso a dados pessoais sob sua responsabilidade, atendendo a Lei Geral de Proteção de Dados.

Recursos humanos: Em 2021 a CERIS investiu R\$/mil 8,26 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Concedeu ainda treinamentos internos de atualização e reciclagem para atendimento de normas regulamentares e uso de ferramentas

administrativas. Na visão de nossa Permissionária, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, concede auxílio de 50% do valor da formação universitária de seus colaboradores e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Adicionalmente, a CERIS concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2021 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$/Mil 379,82; b) Auxílio médico R\$/mil 294,12; c) e Seguro de Vida R\$/mil 41,79.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERIS vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

Outorgada em números	2021	2020	%
Atendimento			
Número de consumidores	6.421	6.253	2,69%
Número de empregados	48	46	4,35%
Número de consumidores por empregado	134	136	-1,59%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	5	5	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	235,64	235,64	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	4.021	4.716	-14,74%
Distribuição direta (GWh)	16,33	16,79	-2,74%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.017,00	2.110,00	-4,41%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	702,00	557,89	25,83%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	722,29	573,74	25,89%
Comercial	670,02	554,55	20,82%
Industrial	574,16	0,00	0,00%
Rural	625,59	453,58	37,92%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	39,20	47,91	-18,18%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	1,36	1,46	-6,85%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,94	4,79	3,13%
FEC (número de interrupções)	16,90	20,67	-18,24%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	9,65	7,19	34,21%

Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações	-	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	488,98	485,55	0,71%
Capacidade instalada (MW)	24,44	24,25	0,78%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	16.639,65	13.967,81	19,13%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	11.600,70	10.534,19	10,12%
Margem operacional do serviço líquida (%)	43,44%	32,59%	33,26%
EBITDA OU LAJIDA	1.515,84	1.710,19	-11,36%
Lucro líquido (R\$ mil)	745,74	966,56	-22,85%
Lucro líquido por mil cotas	0,75	0,97	-22,85%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	14.494,61	13.748,85	5,42%
Valor patrimonial por cota R\$	0,000036	0,000034	5,42%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	5,14	7,03	-26,82%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	83,98	86,47	-2,88%
Em moeda nacional (%)	100,00	100,00	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	3,16	3,03	4,29%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	0,34	0,37	-6,79%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,00254	0,00269	-5,28%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a DEUS, à Diretoria, aos Cooperados, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERIS, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2021 da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra.

São Lourenço da Serra, abril/2022.

A Administração

Balanco Patrimonial Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA CNPJ Nº 57.384.943/0001-82 Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de (Valores expressos em milhares de reais)			2021	2020
			Consolidado	
Ativos				
Ativo Circulante			8.370,93	7.731,17
Caixa e equivalentes de caixa			4.835,31	4.986,68
Consumidores			2.120,11	1.773,11
Concessionárias e permissionárias			-	-
Serviços em curso			128,19	128,07
Tributos compensáveis			528,40	189,49
Depósitos judiciais e cauções			-	-
Almoxarifado operacional			285,20	190,56
Investimentos temporários			-	-
Empréstimos			-	2,00
Ativos regulatórios			157,52	135,02
Despesas pagas antecipadamente			36,86	72,39
Instrumentos financeiros derivativos			-	-
Outros ativos circulantes			279,35	253,85
Ativos de operações descontinuadas			-	-
Bens destinados à alienação			-	-
Ativo Não-Circulante			8.888,79	8.168,43
Consumidores			-	-
Concessionárias e permissionárias			-	-
Serviços em curso			-	-
Tributos compensáveis			180,60	158,13
Depósitos judiciais e cauções			-	29,17
Investimentos temporários			528,17	506,76
Empréstimos			-	-
Tributos diferidos			-	-
Ativos regulatórios			-	-
Despesas pagas antecipadamente			-	-
Bens e direitos para uso futuro			-	-
Instrumentos financeiros derivativos			-	-
Outros ativos não circulantes			893,38	670,47
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica			-	-
Imobilizado			1.616,46	1.542,62
Intangível			5.670,20	5.261,27
Total do ativo			17.259,72	15.899,60

Passivo		
Passivo Circulante	2.292,02	1.664,94
Fornecedores	157,82	197,12
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4,27	2,25
Obrigações sociais e trabalhistas	369,68	327,75
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	497,32	479,98
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	507,69	210,89
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	447,57	202,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	29,77	34,35
Outros passivos circulantes	277,90	210,53
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	473,10	485,82
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	473,10	485,82
Total do passivo	2.765,12	2.150,76
Patrimônio líquido	14.494,61	13.748,85
Capital social	4.028,30	4.028,29
Reservas de capital	-	557,36
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	10.012,37	9.184,68
Sobras à disposição da Assembleia	453,93	535,88
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	557,36
Total do patrimônio líquido	14.494,61	13.748,85
Total do passivo e do patrimônio líquido	17.259,72	15.899,60



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração do Resultado do Exercício Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA		
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de (Valores expressos em milhares de reais)	2021	2020
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	16.639,65	13.967,81
Fornecimento de energia elétrica	5.883,75	4.378,35
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.117,42	7.178,66
Ativos e Passivos Regulatórios	104,70	33,73
Serviços cobráveis	26,02	14,94
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	2.507,77	2.362,14
Tributos	(2.899,76)	(2.451,93)
ICMS	(2.607,98)	(2.209,83)
PIS-PASEP	(50,53)	(41,61)
Cofins	(233,09)	(192,03)
ISS	(8,17)	(8,47)
Encargos - Parcela "A"	(2.139,19)	(981,69)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(940,15)	(869,97)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(34,25)	(30,75)
Outros encargos	(1.164,79)	(80,97)
Receita líquida / Ingresso líquido	11.600,70	10.534,19
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(4.218,83)	(4.041,85)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.030,62)	(3.866,25)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	(133,46)	(136,60)
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	(69,29)	(73,14)
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	14,54	34,14
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.381,87	6.492,35

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(7.045,04)	(5.785,48)
Pessoal e administradores	(4.380,66)	(3.964,10)
Material	(607,17)	(428,54)
Serviços de terceiros	(971,98)	(864,96)
Arrendamento e aluguéis	(227,69)	(203,56)
Seguros	(96,94)	(34,83)
Doações, contribuições e subvenções	(28,69)	(24,11)
Provisões	(149,92)	(16,39)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	11,14	19,12
Tributos	(46,53)	(36,91)
Depreciação e amortização	(574,75)	(499,94)
Despesas de Construção	(179,07)	(1.285,04)
Gastos diversos	(161,04)	(120,10)
Outras Receitas Operacionais	439,16	1.797,18
Outras Despesas Operacionais	(70,89)	(123,30)
Resultado da Atividade	336,83	706,87
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	511,00	385,29
Despesas financeiras	(59,97)	(7,43)
Receitas financeiras	570,97	392,73
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	847,83	1.092,16
Despesa com impostos sobre os lucros	(102,09)	(125,60)
Resultado líquido das operações em continuidade	745,74	966,56



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração das Sobras / Perdas e Resultados do Exercício

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS CNPJ - 57.384.943/0001-82 São Lourenço da Serra - SP DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS/PERDAS E RESULTADOS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de reais) 2021			
	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	
	INGRESSOS / DISPENDIOS	RECEITAS / DESPESAS	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL	9.155,32	7.484,34	16.639,66
Fornecimento de energia elétrica	2.667,45	3.304,09	5.971,54
Disponibilização do sistema de distribuição	4.949,36	3.161,40	8.110,76
Ativos e passivos financeiros setoriais	63,15	41,54	104,70
Receita de construção da infraestrutura	-	-	-
Serviços cobráveis	11,61	14,41	26,02
Doações, subvenções do serviço público	1.463,75	962,89	2.426,64
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(2.101,78)	(2.937,17)	(5.038,95)
ICMS	(1.439,37)	(1.168,61)	(2.607,98)
PIS	(30,48)	(20,05)	(50,53)
COFINS	(140,60)	(92,49)	(233,09)
ISSQN	(4,93)	(3,24)	(8,17)
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	(567,10)	(373,05)	(940,15)
Encargo do consumidor (PEE, P&D, FNDCT e MME)	-	-	-
Bandeiras tarifárias	(702,60)	(462,19)	(1.164,79)
Taxa de fiscalização	(20,66)	(13,59)	(34,25)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	7.053,54	4.547,16	11.600,70
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(2.544,80)	(1.674,03)	(4.218,83)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.511,77)	(1.652,31)	(4.164,08)
(-/+) Subsídio, e Outros Ajustes	(33,02)	(21,72)	(54,75)
CUSTO DE OPERAÇÃO	(4.249,57)	(2.795,47)	(7.045,04)
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(2.642,42)	(1.738,25)	(4.380,66)
Material	(366,24)	(240,92)	(607,17)
Serviços de terceiros	(586,30)	(385,68)	(971,98)
Depreciação e amortização	(346,69)	(228,06)	(574,75)
Provisões	(90,43)	(59,49)	(149,92)
Seguros, tributos e aluguéis	(223,89)	(147,28)	(371,16)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	-
(-) Recuperação de despesas	6,72	4,42	11,14
Gastos ou perdas diversos	(222,46)	(146,34)	(368,80)
Outras receitas e despesas operacionais	222,14	146,13	368,27
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	259,18	77,66	336,84
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	308,25	202,75	511,00
Receitas Financeiras	344,43	226,54	570,97
Despesas Financeiras	(36,18)	(23,79)	(59,97)
SOBRAS (PERDAS) ANTES DA CONTR. SOCIAL E I	567,43	280,41	847,84
IMPOSTOS S/ RESULTADO COM TERCEIROS	-	(102,09)	(102,09)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	567,42	178,32	745,74

Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador



Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

CNPJ Nº 57.384.943/0001-82

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.027,71	-	-	0,00	-	8.413,22	340,78	-	12.781,71
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,59	-	-	-	-	-	-	-	1,35
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	966,56	-	675,36
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	407,77	(407,77)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	33,49	(33,49)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	557,36	-	-	-	-	(557,36)	-	-
RATES	-	-	-	-	-	330,20	(330,20)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.028,30	557,36	-	0,00	-	9.184,68	(21,48)	-	13.748,86
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	745,74	-	745,74
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	592,62	(592,62)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	28,37	(28,37)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	(557,36)	-	-	-	-	557,36	-	-
RATES	-	-	-	-	-	206,69	(206,69)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.028,30	-	-	0,00	-	10.012,36	453,94	-	14.494,60



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Demonstração do Fluxo de Caixa Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA CNPJ Nº 57.384.943/0001-82 (Valores expressos em milhares de reais) Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2021	2020
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	14.959,55	12.411,70
Outros recebimentos	2.812,27	2.772,03
Pagamentos a fornecedores	(3.016,51)	(2.428,02)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(4.315,64)	(4.130,15)
Pagamentos a empregados	(2.764,20)	(2.567,82)
Tributos Federais	(1.269,98)	(1.140,64)
Tributos Estaduais e Municipais	(2.494,79)	(2.109,17)
Encargos Setoriais	(1.842,82)	(899,65)
Outros Pagamentos	(989,14)	(809,36)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	1.078,74	1.098,92
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.398,77)	(952,62)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	(500,00)
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	500,00
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(1.398,77)	(952,62)
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	-	-
Dividendos pagos	-	-
Receitas de Aplicações Financeiras	168,65	360,95
Despesas Bancárias	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	168,65	360,95
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(151,38)	507,25
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.986,68	4.479,42
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.835,31	4.986,68



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais)

Contexto Operacional

A CERIS é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição e comercialização de energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável, inclusive a Lei Cooperativista nº 5.764/71.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela administração da cooperativa em 19 de março de 2022.

2 Das Concessões

DA PERMISSÃO

Inicialmente a CERIS conforme contrato de Permissão nº 005/2008 assinado em 12/06/2008 obteve a permissão para a distribuição e comercialização de energia elétrica nos municípios de Embu Guaçu, Itapequerica da Serra, Jquitiba, São Lourenço da Serra e parte da área rural do município de São Paulo, válida até o ano de 2028. A Permissionária juntamente com suas coirmãs e as Entidades representativas negociaram junto ao Poder Concedente, a prorrogação do seu contrato por mais 10 anos conforme previsão legal que reza que as Concessões/Permissões iniciais devem ter prazo de 30 anos prorrogáveis por mesmo período. Em Abril/2020 foi então assinado junto ao Poder Concedente o 3º Termo Aditivo que entre outras alterações, prorrogou o Contrato até 12/06/2038.

Atualmente, possui 6.421 consumidores, sendo, aproximadamente, 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais e não atende a nenhum “Consumidor Livre”.

- Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2021, 234 novas ligações, sendo 228 Residenciais, 1 Iluminação Pública, 4 Comercial, 1 industrial, totalizando 6.421 consumidores atendidos.

Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da ENEL ENERGIA e Participação do Programa Governamental PROINFA.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas da Comissão de Valores Mobiliários e Lei cooperativista nº 5.764/71, observando as diretrizes contábeis emanadas pela legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB.

Em 2011 entrou em vigor a contabilidade regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010 e orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos nº 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 246/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o exercício de 2019, a SFF/ANEEL não publicou Despacho de Encerramento, mas sim, se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sitio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

A partir daquele período, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada à apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da permissão.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015

Todos os quadros que compõem o balanço regulatório devem ser auditados pela mesma empresa de auditoria independente das demonstrações contábeis societárias.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos e passivos financeiros setoriais, obrigações sociais e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa ANEEL 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de Permissão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT (Nota 4-F). Desta forma a Permissionária registrou a partir da data de assinatura (12/2015) do Termo Aditivo ao contrato de permissão nº 005/2008, em seu balanço societário, os valores de Ativos e Passivos regulatórios.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

4 Principais Práticas Contábeis

Instrumentos Financeiros não Derivativos

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

Caixa e Equivalentes de Caixa: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

Recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores a receber, serviços em curso e outros ativos circulantes.

Exigíveis: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços, empréstimos e financiamentos e outros passivos circulantes.

Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

Consumidores, Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2021, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Estoque (Inclusive do Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Intangível em Curso (por ser vinculado à Permissão) pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

Investimentos

A CERIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Permissão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Permissão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Permissão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Permissão).

Imposto de renda diferido

A CERIS não diferiu nenhum Imposto no exercício 2021 ou anterior.

Plano de complementação de aposentadoria e pensão.

A CERIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes (longo prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

Estrutura das demonstrações contábeis.

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face da harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 127/2009 – SFF/ANEEL e Despachos ANEEL nºs 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013,

4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que, no exercício 2012, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Permissão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, ser auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Assim como no Despacho SFF/ANEEL nº 245/2016, o Despacho SFF 3.371/2016, e Despacho SFF 4.356/2017, até que seja reavaliada a norma que trata da publicação, para o exercício de 2019 e considerando a existência da Central de Informações Econômicas – Financeiras do Setor Elétrico - CIEFSE, a SFF resolveu dispensar as Permissionárias de publicar suas demonstrações financeiras Societárias e Regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Vale destacar, também, a apuração em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A CERIS possui o montante de R\$/Mil 5.315,53 em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Curto Prazo			Legislação societária	
Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	2021	2020
ITAU - APLICAÇÕES UPJ	Renda Fixa	Indeterminado	-	-
SANTANDER - CDB DI	CDB/RDB	Indeterminado	728,30	696,76
APLICAÇÕES BB	DI	Indeterminado	-	45,94
SANTANDER APLICAÇÕES	Automática	Indeterminado	23,82	71,32
ITAU APLIC. AUT.	CDB	Indeterminado	781,29	957,33
CDB/BB REAPLIC SL	DI	Indeterminado	68,35	66,23
APLICAÇÕES BRADESCO	Automática	Indeterminado	2,34	7,87
CEF - APLICAÇÕES	Automática	Indeterminado	38,81	44,44
BB CURTO PRAZO 200 - CONTA 3-5	Renda Fixa	Indeterminado	119,13	234,51
BB CURTO PRAZO 200 - CONTA 577-0	Automática	Indeterminado	86,40	41,87
BRADESCO RENDA FIXA	Renda Fixa	Indeterminado	-	-
BB RF DI CORP 400	Renda Fixa	Indeterminado	558,60	538,08
ITAU MIX CREDITO PRIVADO	Renda Fixa	Indeterminado	-	-
BRADESCO CDB	CDB	Indeterminado	658,24	606,69
APLICAÇÕES CDB ITAÚ	CDB	Indeterminado	1.722,08	1.649,58
Total			4.787,36	4.960,62

Temporários				
Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	2021	2020
BB OUROCAP	Título Capitalização	Indeterminado	-	-
Total			-	-

Longo Prazo			Legislação societária	
Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	2021	2020
CEF	CDB - Flex	Indeterminado	528,17	506,76
Total			528,17	506,76

6 Consumidores e Permissionárias.

Os valores referentes a Consumidores e Permissionárias dos períodos de 2021 e 2020, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2021	2020
Consumidores		
Faturados	1.679,33	1.421,78
Não faturados	440,78	351,33
Sub Total	2.120,11	1.773,11
Concessionárias	-	-
Permissionárias	-	-
Comercialização no âmbito do CCEE	-	-
Sub Total	-	-
Total	2.120,11	1.773,11

Composição das Contas a Receber

Consumidores Concessionárias Permissionárias	A Receber		Provisão para Créditos de Liquidação		Saldos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	1.259,73	976,32	(93,38)	(78,02)	1.166,35	898,30
Industrial	43,02	-	-	-	43,02	-
Comércio, Serviços e outras atividades	139,18	189,40	(0,53)	(0,02)	138,65	189,38
Rural	50,53	37,10	(4,41)	-	46,12	37,10
Poder Público	23,88	14,11	(6,72)	(4,32)	17,16	9,79
Iluminação Pública	48,10	46,89	-	-	48,10	46,89
Serviço Público	-	-	-	-	-	-
Taxas, multas, serviços e outros	137,44	127,90	(7,17)	(3,25)	130,27	124,65
	5,50	2,46	(1,58)	(0,28)	3,92	2,18
	3,06	4,87	-	-	3,06	4,87
	128,89	120,58	(5,59)	(2,97)	123,29	117,61
Parcelamentos	99,15	122,94	(9,48)	(7,27)	89,67	115,67
Renda não faturada	440,78	351,33	-	-	440,78	351,33
Total	2.241,80	1.865,99	(121,70)	(92,89)	2.120,11	1.773,11

Inadimplência

CLASSE	PERCENTUAL DA RECEITA FATURADA NO ENÉSIMO MÊS ANTERIOR AINDA NÃO RECEBIDA NO MÊS DE REFERÊNCIA							QUANTIDADE DE SUSPENSÃO POR INADIMPLEMENTO
	(12/2019)	(03/2020)	(06/2020)	(12/2020)	(06/2021)	(09/2021)	(11/2021)	
	24 (%)	21 (%)	18 (%)	12 (%)	6 (%)	3 (%)	1 (%)	
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	0,28	0,00	0,28	0,21	0,00	0,61	27,78	1
RESIDENCIAL TOTAL	0,08	0,17	0,21	0,22	0,69	0,90	22,50	54
INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
COMERCIAL	0,00	0,00	0,00	0,13	0,13	0,00	23,09	0
RURAL	0,00	0,00	4,38	0,00	0,00	0,00	6,58	0
PODERES PUBLICOS	20,96	0,00	0,00	0,88	6,75	17,05	26,35	0
ILUMINACAO PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,99	0
SERVIÇOS PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
CONSUMO PROPRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL	0,27	0,14	0,30	0,20	0,62	0,82	21,76	54

* A quantidade de suspensão dos consumidores baixa renda está sendo descontada do total, pois já está incluída no residencial.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidas há mais de 360 dias.

07 - Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Em Serviço Societário	1.616,46	1.542,62
Ativo Financ. da Concessão	893,38	670,47
Ativo Intangível da Concessão	5.670,20	5.261,27
Ativo Intangível em Curso	0,00	0,00
Reavaliação Regulatória Compulsória	5.753,57	6.733,32
Sob Total	13.933,60	14.207,68
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-473,10	-485,82
Sub Total	-473,10	-485,82
Total	13.460,51	13.721,86
Ativo Imobilizado Societário	1.616,46	1.542,62
Ativo Imob. Regulatório	14.245,24	14.175,69

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05 onde:

“De acordo com os contratos de Permissão, consideram-se bens vinculados àqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

- **Ativo intangível**

Foram reclassificados para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da Permissão dos serviços públicos conforme abaixo:

	Custo	Depreciação e/ou amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
			2021	2020
Intangíveis				
Em Serviço	4.774,77	(122,85)	4.651,93	4.545,39
Em curso	1.018,27		1.018,27	715,88
TOTAL	5.793,04	(122,85)	5.670,20	5.261,27

- **Ativo Financeiro**

Reclassificado para o Ativo Financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da Permissão do Serviço Público.

08 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Em 31 de Dezembro de 2021, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$/1000	2021
CVA Ativa	-
Aquisição de Energia - (CVA Eng)	-
Custo de Energia Itaipu	-
Proinfa	-
Transporte Rede Básica	-
ESS	-
CDE	-
CFURH	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	157,52
Majoração PIS/Cofins	139,93
Programas Sociais Governamentais	-
Quota Parte Energia Nuclear	-
Neutralidade da Parcela A	17,59
Sobrecontratação de Energia	-
Diferimento de Reposição na RTP	-
Outros	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	157,52

Passivos Financeiros Setoriais - R\$/1000	2021
CVA Ativa	-
Aquisição de Energia - (CVA Eng)	-
Custo de Energia Itaipu	-
Proinfa	-
Transporte Rede Básica	-
ESS	-
CDE	-
CFURH	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	- 447,57
Majoração PIS/Cofins	-
Programas Sociais Governamentais	-
Quota Parte Energia Nuclear	-
Neutralidade da Parcela A	- 22,03
Sobrecontratação de Energia	-
Diferimento de Reposição na RTP	-
Outros	- 425,54
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	- 447,57

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2021	2020
AES Eletropaulo	-	-
PROINFA	12,71	12,14
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	12,71	12,14
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	145,11	184,98
Sub Total - Materiais e Serviços	145,11	184,98
Total	157,82	197,12

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Circulante Longo prazo			Total	
	Principal	Encargos	Principal	2021	2020
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ELETOBRAS LPT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BANCOS	4,27	0,00	0,00	4,27	2,25
TOTAL	4,27	0,00	0,00	4,27	2,25

Empréstimo de capital de giro na modalidade “conta garantida”

Vencimentos das Parcelas a Longo Prazo:

A CERIS não possui Empréstimos e Financiamentos no Longo Prazo no exercício de 2021.

Mutações de empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária			
	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7,77	0,00	0,00	0,00
Ingresso	56,87	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização	-62,39	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2,25	0,00	0,00	0,00
Ingresso	16,26	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização	-14,23	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4,27	0,00	0,00	0,00

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2021 e 2020.

	2021	2020
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos		
Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	3,05	2,66
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	81,67	75,98
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	61,04	61,04
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	18,45
Bandeiras Tarifárias	361,94	52,75
Ressarcimento de Perdas do Sistema Isolado	0,00	0,00
Total	507,69	210,89

Obs.: A partir de 4 de maio de 2016, de acordo com o disposto na Lei nº. 13.280, de 3 maio de 2016, ficam isentas dos investimentos em P&D e EE estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000 as Permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh (quinhentos giga watts-hora). Mediante isto e com base no Despacho nº 1.241 de 30/04/2019, que reclassificou a CERIS como agente com mercado inferior a 700GWh/ano. Os valores relacionados a estes itens no ano de 2017 foram calculados até o mês 06/2017 quando esta Permissionária passou por processo de IRT. Já em 2021 foi determinado por meio do Despacho 904/2021 o recolhimento à CDE dos valores não comprometidos com Programas PEE e P&D. No caso da CERIS, apenas os saldos de P&D foram recolhidos, e aguarda-se novas orientações da ANEEL quanto aos saldos PEE.

12 Tributos e Contribuições Sociais – Não Circulante (Longo Prazo)

A CERIS possui em seu Ativo Realizável não Circulante (longo prazo) créditos de ICMS sobre compras para ativo imobilizado em 48 avos, totalizando R\$/mil 180,60 em Tributos e Contribuições Sociais a Longo Prazo a recuperar.

Já no passivo não possuímos saldo devedor no Longo Prazo.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERIS no exercício de 2021 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

- **Contingências Trabalhistas**

No encerramento dos exercícios de 2021 e 2020 não houve contingências trabalhistas a provisionar, conforme relatório do departamento jurídico.

- **Contingências Cíveis**

No encerramento do exercício de 2021 não houve contingências cíveis a provisionar, conforme relatório do departamento jurídico.

- **Contingências Fiscais**

No exercício de 2021 e 2020 não houve contingências fiscais a provisionar e nem manutenção de valores acumulados, conforme relatório do departamento jurídico.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 representa R\$/Mil 4.028,30, sendo composto por 402.830.322 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Cooperados	402.830.322	100
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
TOTAL	402.830.322	100

Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Reservas de Sobras.

A composição das Reservas estão desdobrados de acordo com as tabelas abaixo:

Reserva de Capital	2021	2020
Remuneração do Imobilizado em Curso até 31/12/2021	-	-
Doações e Subvenções para Investimentos	-	-
Conta de Resultado a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
Total	-	-

Reservas de Lucros	2021	2020
Reserva Legal	-	-
Lucros a Realizar	-	-
Reserva para Contingências	-	-
Reserva para Desenvolvimento	-	-
Total	-	-

Reservas de Sobras	2021	2020
Reserva Legal	2.151,77	1.559,14
Lucros a Realizar	-	-
RATES	3.577,38	3.370,69
Reservas Estatutárias	4.283,22	4.254,85
Total	10.012,37	9.184,68

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2021 e 2020 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

OBS: A partir do Exercício de 2013 apresentam-se números diferentes entre o Patrimônio Líquido da Contabilidade Societária, o Patrimônio Líquido da Contabilidade Regulatória e o Patrimônio Líquido da Contabilidade Fiscal. Os números acima apresentados retratam a CONTABILIDADE SOCIETÁRIA.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado	6.421	6.253	16.328	16.798	14.001,17	11.557,00
Residencial	6.235	6.072	12.902	13.079	11.491,82	9.359,43
Industrial	1	-	133	-	93,41	-
Comercial	88	87	1.934	2.271	1.572,36	1.535,54
Rural	42	41	690	797	431,54	361,46
Poder público	18	17	86	86	77,93	58,80
Iluminação pública	36	35	490	473	258,62	184,10
Serviço público	1	1	93	92	75,48	57,67
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.						
Serviços Cobráveis						
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
Total	6.421	6.253	16.328	16.798	14.001	11.557

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2021 e 2020 a CERIS não efetuou operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	2021		2020	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
AES Eletropaulo	19.922,39	4.030,62	20.669,90	3.866,25
PROINFA	304,48	133,46	506,50	136,60
Total	20.226,87	4.164,08	21.176,40	4.002,84

20 Despesas Operacionais

Pessoal e Administradores	2021	2020
Pessoal	3.992,18	3.599,28
Remuneração	2.246,93	2.029,09
Encargos	969,14	885,37
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	294,12	263,95
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	8,17	3,30
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	473,82	417,57
Administradores	388,48	364,82
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	372,28	349,95
Benefícios dos administradores	16,20	14,87
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	4.380,66	3.964,10

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 subitem 2D do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

						Legislação societária	
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2021	2020
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2021	2020
Lucro(Prejuízo) REGULATÓRIO antes do Imposto de Renda e	301,24	534,80
Ajustes ICPCs	546,59	557,36
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	847,83	1.092,16
Lucro ajustado	847,83	1.092,16
Ajuste LALUR	(476,98)	(652,16)
Base de Cálculo Fiscal	370,85	440,00
Imposto de renda calculado (15%)	55,63	66,00
Adicional Imposto de Renda (10%)	13,09	20,00
Contribuição Social Lucro Líquido (9%)	33,38	39,60
Efeitos Fiscais Sobre:	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL IRPJ	68,71	86,00
TOTAL CSLL	33,38	39,60
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	102,09	125,60

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2021

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERIS como: Faculdade, Seguro de Vida, Assistência Médica, Cesta básica e Vale Alimentação, entre outros na ordem de R\$ 766,95 (R\$/Ml). Não houve implantação de plano previdenciário privada.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2021 e 2020.

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros nos exercícios contábeis de 2021 e 2020.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, nos exercícios de 2021 e 2020.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Veículos	2020 a 2021	1.450,00	55,76
Seguro de Vida em Grupo	2020 a 2021	5.917,44	41,69
Sede - Administrativa	2020 a 2021	1.370,00	2,09

Equipamentos nomeados – Nas apólices contratadas Auto Frota, foram segurados todos os veículos, sendo todos segurados contra Danos Materiais, Danos Corporais, APP por Morte, Invalidez e danos morais.

Na apólice da Prudential Do Brasil Vida Em Grupo S/A, contratamos as seguintes coberturas:

Morte por causas naturais e acidentais, invalidez permanente total ou parcial por acidente, e indenização especial por morte acidental, morte cônjuge e auxílio funeral.

29. Eventos Subsequentes

29.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Os impactos aos consumidores até então amparados pelos subsídios citados, deverão ocorrer nos próximos anos.

29.2. Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERIS, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERIS uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

29.3. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2021 a CERIS contabilizou 18,94% de Perdas (Técnicas e não técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 18,48%. Durante os próximos anos a CERIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia.

29.4) Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL publicou, em 2021, o Despacho No. 2904, de 17/09/2021, aprovando o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão 2022 para todas as Empresas do Setor Elétrico. As modificações, a nível procedimental, deverão ser implementadas na CERIS a partir do dia primeiro de janeiro de 2022, e, para tanto, ensejará os trabalhos de implantação e alteração de sistemas extracontábeis para seu completo cumprimento.

29.5) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e devolução de 20% no período tarifário

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais. A CERIS no ano de 2021 efetuou o levantamento dos montantes de PIS e COFINS recolhidos a maior e repassados a seus consumidores, o que resultou em R\$/Mil 326,12 e protocolou junto à Receita Federal processos PERD/COMP, possibilitando procedimentos para recuperação fiscal dos valores, que após homologação deverá ser submetido à ANEEL para que possamos efetuar a devolução aos consumidores, quer seja em desconto tarifário regulatório, quer seja ao consumidor específico, conforme determinar o Órgão Regulador.

29.6) Bônus Redução Voluntária

Implantado pelo Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia, o Bônus Redução Voluntária de Energia trouxe incentivos financeiros para aqueles que contribuísem com a economia de energia no período seco da crise hídrica do ano de 2021. A apuração desta economia encerrou-se no dia 31/12/2021, sendo o seu pagamento devido quando do consumo apurado no mês de janeiro/2022. O valor desta bonificação será reposto pelo Fundo da Conta Centralizadora CDE após a comprovação de sua devolução.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2021, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra. – CERIS promoveu a valorização e capacitação de seus colaboradores proporcionando-lhes palestras, cursos e seminários, sempre considerando a peculiaridade de cada função exercida. Foram realizados Cursos de Reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10 e 35 e, conforme Portaria nº 598/2004. Também concedeu mensalmente o benefício auxílio-alimentação através do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Manteve, ainda, convênios com Planos de Saúde.

Responsabilidade Social:

A CERIS contribui sempre que solicitado com os eventos culturais desenvolvidos pelo poder municipal, Igreja, Escolas, tais como: Festas Juninas, corrida de São Silvestre, datas comemorativas (dia das mães, natal). Temos como propósito, auxiliar as comunidades abrangidas pela nossa área de permissão através de patrocínios, inclusive disponibilizando a nossa infraestrutura.

CIPA CERIS:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da CERIS desenvolve suas atividades abordando e fiscalizando assuntos como: riscos atinentes às funções, uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção, devida identificação e sinalização dos ambientes com risco, entre outros, bem como na divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho.

Tais assuntos têm como objetivo apontar e sugerir soluções para problemas de segurança e saúde, visando à qualidade de vida e saúde do trabalhador.

Os membros da CIPA realizam reuniões mensais no escritório da Empresa, objetivando não apenas cumprir a Norma Regulamentadora nº 05, mas também primar pela segurança dos colaboradores da CERIS e demais envolvidos no processo.

Educação:

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra. – CERIS reembolsa aos colaboradores sempre que solicitado, 50% da mensalidade paga para cursos de ensino superior, ligados à atividade da Empresa e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Pandemia Covid-19

Durante o período da pandemia do Covid-19 a CERIS quando necessário, adotou o trabalho em home-office para os funcionários do setor administrativo e para os funcionários da área técnica e de campo foi adotado o sistema de revezamento entre as equipes, de forma que não tinham contato entre si, evitando assim e afastamentos de funcionários. A Cooperativa ainda arcou com o custo de alguns testes para identificação de casos entre seus funcionários, distribuição de máscaras faciais, álcool em gel.

Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra						
CNPJ: 57.384.943/0001-82						
Demonstração do Balanço Social - 2021 e 2020						
(Valores expressos em milhares de reais)						
	2021			2020		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	11.600,70			10.534,19		
Lucro Operacional (LO)	336,83			706,87		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.380,66			3.964,10		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	387,66	8,85%	3,34%	356,53	8,99%	3,38%
Encargos sociais compulsórios	969,14	22,12%	8,35%	885,37	22,33%	8,40%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	294,12	6,71%	2,54%	263,95	6,66%	2,51%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8,26	0,19%	0,07%	5,49	0,14%	0,05%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	1,20	0,03%	0,01%	2,29	0,06%	0,02%
Outros Benefícios	75,70	1,73%	0,65%	67,73	1,71%	0,64%
Total	1.736,08	39,63%	14,97%	1.581,36	39,89%	15,01%
	% sobre			% sobre		
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	28,69	8,52%	0,25%	24,11	3,41%	0,23%
Total de contribuições para a sociedade	28,69	8,52%	0,25%	24,11	3,41%	0,23%
Tributos - excluídos encargos sociais	2.899,76	860,89%	25,00%	2.451,93	346,87%	23,28%
Total	2.928,45	869,41%	25,24%	2.476,04	350,28%	23,50%
	% sobre			% sobre		
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2021	2020
	em	em
5 - Indicadores do corpo funcional	unidades	unidades
Empregados no final do período	48	46
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	8	8
Ensino médio	28	25
Ensino fundamental	12	13
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	11	10
De 30 até 45 anos (exclusive)	13	15
Acima de 45 anos	24	21
Admissões durante o período	3	3
Mulheres que trabalham na empresa	6	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	50,00%	50,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	75,00%	75,00%
Pretos que trabalham na empresa	5	5
% de cargos gerenciais ocupados por pretos em relação ao n ^o total de negros	20,00%	20,00%
% de cargos gerenciais ocupados por pretos em relação ao n ^o total de gerentes	25,00%	25,00%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	74	72
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,55	8,59
Maior remuneração	10,00	9,53
Menor remuneração	1,17	1,11
Acidentes de trabalho	3	1

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERIS refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, sendo que, ao término do exercício, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição no exercício atingiu um montante de R\$/mil 16.639,65, superior ao ano anterior em 19,13% que foi de R\$/mil 13.967,81.

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2021 foi de 6.421, já em 2020 foi de 6.253 ocasionando um aumento de 2,69% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal e Administração do exercício de 2021 importaram em R\$/mil 4.380,66 e no exercício anterior foi de R\$/mil 3.964,10, ocasionado um aumento de 10,51% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas – As demais despesas Administrativas no exercício de 2021, foi de R\$/mil 2.664,37, superior em 46,28% a do ano anterior que foi de R\$/mil 1.821,38.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2021 importou em R\$/mil 511,00 enquanto que, no exercício de 2020, houve um Resultado Financeiro R\$/mil 385,29.

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2021
1. Liquidez			
Corrente ou Comum	AC - PC	R\$	6.078,91
Seca	(AC - E) / PC	R\$	3,53
Absoluta	AD / PC	R\$	2,11
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	3,61
2. Lucratividade			
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	6,06
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	6,06
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	5,33
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	18,51
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	5,14
3. Rentabilidade			
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	4,32
4. Endividamento			
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	16,02
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	83,98
5. Investimentos			
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	9,37
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	79,52
6. Garantias			
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	7,06
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	40,13
7. Capital de Giro Próprio			
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	6,08

Valores Expressos em (R\$/mil)

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32. Créditos e Débitos Fiscais

A CERIS possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro abaixo e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

Período Aquisição	Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2021	Iposto de Renda	0,60	-	0,60
Exercício de 2021	Contribuição Social	-	-	-
Exercício de 2021	IRRF Sob Aplic Financeira	74,80	-	74,80
Exercício de 2021	Pis/Pasep	58,08	-	58,08
Exercício de 2021	Cofins	268,05	-	268,05
Exercício de 2021	ICMS	126,57	180,60	307,16
Exercício de 2021	Tributos Municipais	0,31	-	0,31
TOTAIS		528,40	180,60	709,00

A CERIS não possui débitos fiscais com Receita Federal.

	Legislação societária		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Total parcelamento	-	-	-

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

Em 31/12/2021, bem como em 31/12/2020, a CERIS não possuía nenhum passivo ambiental em Curso. Informamos, também, que, embora nosso atendimento seja quase totalmente na zona Rural, quando necessário realizar poda de árvores ao longo de nossas redes, instruímos nossos colaboradores a realizá-la com consciência ecológica, visando à segurança da rede associada aos cuidados da natureza.

34 Energia Livre

A CERIS está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na Legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a ENEL ENERGIA, conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS Sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo, por meio do Parecer 146/14, em resposta à consulta apresentada no que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa

Renda, determina que, com base no Parecer 163/2004, há incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores, cujo pagamento cabe ao consumidor beneficiado.

36. Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu reajuste tarifário em 07/2021, não existindo diferimento de tarifas.

37. Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo

Nosso ciclo tarifário da Primeira Revisão Tarifária das Permissionárias de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica encerrou-se no mês de julho/2016. Contudo, conforme indefinição das regras regulatórias nesta data, nossa tarifa do ciclo 2015/2016 foi prorrogada para o ciclo 2016/2017, conforme Resolução Homologatória No. 2101/2016/ANEEL.

Em 07/2017 a ANEEL promoveu a RTP desta Permissionária, encerrando assim o seu 2º Ciclo de Revisão, homologada por meio da RH 2.264 de 27/07/2017. O índice de reposicionamento foi de 7,94%. Teve também por meio desta RTP o ajuste da sua Base de Remuneração por meio do VNR e também no nível de perdas regulatórias para 12,05% sobre a energia injetada. A partir da assinatura do 3º Termo Aditivo do Contrato de Permissão, onde houve a migração da metodologia do Proret 8.1 para 8.4, não mais se realiza RTP, e tão somente o reposicionamento da Parcela B da Permissionária.

38. Ganhos Contingentes

A CERIS não possuiu Ganhos Contingentes neste exercício e nem em exercício anterior.

39. Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.264 de 07/07/2017, se atualizados pelo IPCA nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

2021	2,10%	2,99%	2,22%	0,98%	7,20%
	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	23.163.551,74	23.856.141,94	24.385.748,29	24.624.728,62	26.397.709,08
(2) Obrigações Especiais Bruta	-	-	-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.123.621,93	1.157.218,22	1.182.908,47	1.194.500,97	1.280.505,04
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	22.039.929,81	22.698.923,71	23.202.839,82	23.430.227,65	25.117.204,04
(5) Depreciação Acumulada	9.394.388,68	9.675.280,91	9.890.072,14	9.986.994,85	10.706.058,48
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	13.769.163,05	14.180.861,03	14.495.676,14	14.637.733,77	15.691.650,60
(7) Obrigações Especiais Líquida	-	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almoxarifado em Operação	69.490,66	71.568,43	73.157,24	73.874,19	79.193,13
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	13.838.653,71	14.252.429,46	14.568.833,39	14.711.607,96	15.770.843,73
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	521.717,24	537.316,59	549.245,02	554.627,62	594.560,81
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR Líq x WACC	881.597,19	907.956,95	928.113,59	937.209,11	1.004.688,16

Obs. O índice utilizado para correção foi o IPCA acumulado publicado nos IRT's de cada Período excluindo-se o fator “X”.

40 Reajuste Tarifário

Esta Permissionária teve seu reajuste tarifário em 07/2021 por meio da RH 2.910 que homologou o Reposicionamento Tarifário com financeiros de (7,89%) (sete virgula oitenta e nove por cento negativo), sendo 11,95% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -19,84% relativos aos componentes financeiros. As tarifas de aplicação da CERIS ficaram, em média, reajustadas em 14,24%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

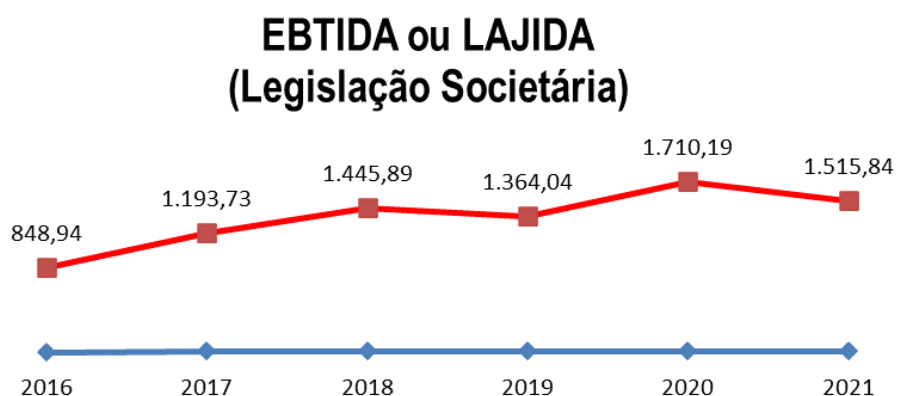
41 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERIS vinculados ao Serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. No último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, a partir de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, valor esse estornado nas Demonstrações Societárias.

42 Conciliação do índice do EBITDA/LAJIDA

A fim de possibilitar a reconciliação do Lucro Líquido com o LAJIDA, apresentamos a tabela a seguir:

	2021	2020
Lucro/Prejuízo Líquido	847,83	1.092,16
Juros sobre Empréstimos e Financiamento:	-	-
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	102,09	125,60
Depreciação e Amortização	565,92	492,42
	1.515,84	1.710,19



43 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo nº 10 da Instrução Normativa nº 1.397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2021						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		8.370,93	-	8.370,93	-	8.370,93
Caixa e equivalentes de caixa		4.835,31	-	4.835,31	-	4.835,31
Consumidores	14.1	2.120,11	-	2.120,11	-	2.120,11
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		128,19	-	128,19	-	128,19
Tributos compensáveis		528,40	-	528,40	-	528,40
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		285,20	-	285,20	-	285,20
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	157,52	-	157,52	-	157,52
Despesas pagas antecipadamente		36,86	-	36,86	-	36,86
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		279,35	-	279,35	-	279,35
Ativo não circulante		14.981,75	(6.092,96)	8.888,79	-	8.888,79
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		180,60	-	180,60	-	180,60
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Investimentos temporários		528,17	-	528,17	-	528,17
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	893,38	893,38	(1.862,38)	(969,00)
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	14.245,24	(12.628,78)	1.616,46	5.026,50	6.642,96
Intangível	14.5	27,75	5.642,44	5.670,19	(3.164,12)	2.506,07
Total do ativo		23.352,68	(6.092,96)	17.259,72	-	17.259,72

Passivo						
Passivo circulante		2.292,02	-	2.292,02	-	2.292,02
Fornecedores		157,82	-	157,82	-	157,82
Empréstimos, financiamentos e debêntures		4,27	-	4,27	-	4,27
Obrigações sociais e trabalhistas		369,68	-	369,68	-	369,68
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		497,32	-	497,32	-	497,32
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		507,69	-	507,69	-	507,69
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	447,57	-	447,57	-	447,57
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		29,77	-	29,77	-	29,77
Outros passivos circulantes		277,90	-	277,90	-	277,90
Passivo não circulante		473,10	-	473,10	-	473,10
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Ene		473,10	-	473,10	-	473,10
Total do passivo		2.765,12	-	2.765,12	-	2.765,12
Patrimônio líquido						
Capital social		4.028,30	-	4.028,30	-	4.028,30
Reservas de capital		546,59	-	546,59	-	546,59
Outros resultados abrangentes		6.092,96	(6.092,96)	0,00	-	0,00
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		-	-	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia		10.012,37	-	10.012,37	-	10.012,37
Perdas não cobertas pelos cooperados		(92,65)	-	(92,65)	-	(92,65)
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		20.587,57	(6.092,96)	14.494,61	-	14.494,61
Total do passivo e do patrimônio líquido		23.352,68	(6.092,96)	17.259,72	-	17.259,72



Laurindo Pereira Pinto
Presidente



Regivaldo das Virgens Silva
Contador

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2021						
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		16.639,65	-	16.639,65	-	16.639,65
Fornecimento de energia elétrica		5.883,75	-	5.883,75	-	5.883,75
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		8.117,42	-	8.117,42	-	8.117,42
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		104,70	-	104,70	-	104,70
Serviços cobráveis		26,02	-	26,02	-	26,02
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas		2.507,77	-	2.507,77	-	2.507,77
Tributos		(2.899,76)	-	(2.899,76)	-	(2.899,76)
ICMS		(2.607,98)	-	(2.607,98)	-	(2.607,98)
PIS-PASEP		(50,53)	-	(50,53)	-	(50,53)
Cofins		(233,09)	-	(233,09)	-	(233,09)
ISS		(8,17)	-	(8,17)	-	(8,17)
Encargos - Parcela "A"		(2.139,19)	-	(2.139,19)	-	(2.139,19)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(940,15)	-	(940,15)	-	(940,15)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(34,25)	-	(34,25)	-	(34,25)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(1.164,79)	-	(1.164,79)	-	(1.164,79)
Receita líquida / Ingresso líquido		11.600,70	-	11.600,70	-	11.600,70
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(4.218,83)	-	(4.218,83)	-	(4.218,83)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.030,62)	-	(4.030,62)	-	(4.030,62)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		(133,46)	-	(133,46)	-	(133,46)
(-) Reversão de devolução tarifária		(69,29)	-	(69,29)	-	(69,29)
Outros		14,54	-	14,54	-	14,54
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		7.381,87	-	7.381,87	-	7.381,87
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(7.591,63)	546,58	(7.045,05)	-	(7.045,05)
Pessoal e administradores (inclui 60,11 de remuneração a administradores)		(4.380,66)	-	(4.380,66)	-	(4.380,66)
Material		(607,17)	-	(607,17)	-	(607,17)
Serviços de terceiros		(971,98)	-	(971,98)	-	(971,98)
Arrendamento e aluguéis		(227,69)	-	(227,69)	-	(227,69)
Seguros		(96,94)	-	(96,94)	-	(96,94)
Doações, contribuições e subvenções		(28,69)	-	(28,69)	-	(28,69)
Provisões		(149,92)	-	(149,92)	-	(149,92)
Recuperação de despesas		11,14	-	11,14	-	11,14
Tributos		(46,53)	-	(46,53)	-	(46,53)
Depreciação e amortização		(1.121,34)	546,58	(574,76)	-	(574,76)
Gastos diversos da atividade vinculada		(161,04)	-	(161,04)	-	(161,04)
Outras Receitas Operacionais		260,10	-	260,10	-	260,10
Outras Gastos Operacionais		(70,89)	-	(70,89)	-	(70,89)
Resultado da Atividade		(209,76)	546,58	336,82	-	336,82

Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		511,00	-	511,00	-	511,00
Despesas financeiras		(59,97)	-	(59,97)	-	(59,97)
Receitas financeiras		570,97	-	570,97	-	570,97
Resultados com atos Cooperados		-	-	-	(567,42)	(567,42)
Sobras com atos cooperados				-	(567,42)	(567,42)
Outros ajustes LALUR					90,44	90,44
Valores Indedutíveis		-	-	-	90,44	90,44
Comp. Prejuízos Exercício Anteriores		-	-	-	-	-
Prejuízos exercícios Anteriores				-	-	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		301,24	546,58	847,82	(476,98)	280,41
Despesa com impostos sobre os lucros		(102,09)	-	(102,09)	-	(102,09)
Resultado líquido das operações em continuidade		199,15	546,58	745,73	(476,98)	178,32
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas			-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		199,15	546,58	745,73	(476,98)	178,32



Laurindo Pereira Pinto

Presidente



Regivaldo das Virgens Silva

Contador

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2021									
	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo REG em 31 de dezembro de 2020	4.028,30	546,59	6.092,96	0,00	-	10.012,36	(92,64)	-	20.587,57
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(6.092,96)	-	-	-	-	-	(6.092,96)
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	(546,59)	-	-	-	-	546,59	-	-
RATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo SOC em 31 de dezembro de 2020	4.028,30	-	-	0,00	-	10.012,36	453,95	-	14.494,61



Laurindo Pereira Pinto

Presidente



Regivaldo das Virgens Silva

Contador

44 Quotas da CDE Repassadas as Distribuidoras e Reembolsadas pela ELETROBRAS

Conforme programa governamental implantado após a edição da Lei 12.839/2013 que incorporou os termos da MPV nº 605/2013 e publicação da RTE, a CERIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2021 o saldo de R\$/mil 202,88 a receber.

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBSIDIO REGULATÓRIO ÁGUA E ESGOTO	-	3,51	(3,51)	-
SUBSÍDIO REGULATÓRIO RURAL ATIVO	-	51,82	(51,82)	-
SUBVENÇÃO CDE - DMR - BAIXA RENDA (TSEE)	-	47,27	(42,42)	4,85
SUBVENÇÃO CDE DENSIDADE - PARCELA B	189,88	2.314,91	(2.308,86)	195,94
SUBVENÇÃO CDE - TARIFA DE EQUILÍBRIO	1,47	-	-	1,47
SUBSÍDIO CDE RURAL - CICLO 2019/2020	3,32	-	(3,32)	-
SUBSÍDIO CDE RURAL - CICLO 2020/2021	9,90	53,20	(63,69)	(0,58)
SUBSÍDIO CDE ÁGUA E ESGOTO - CICLO 2019/2020	2,58	-	(2,58)	-
SUBSÍDIO CDE ÁGUA E ESGOTO - CICLO 2020/2021	0,30	6,07	(5,16)	1,21
SUBSÍDIO CDE DMR BAIXA RENDA - CICLO 2020/2021	3,08	-	(3,08)	-
TOTAL	210,55	2.476,79	(2.484,45)	202,88

45) Efeitos da Pandemia Corona Vírus (Covid 19)

Efeitos Sub Classe Baixa Renda

Conforme determinado pela Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, revogada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 928, DE 26 DE MARÇO DE 2021, durante o exercício de 2021, Unidades Consumidoras classificadas como Residencial Baixa Renda não poderiam ter seu fornecimento de Energia Elétrica suspenso, devido a inadimplência quanto suas faturas.

A CERIS repassou esse benefício aos consumidores amparados por tal normativa.

Conforme cronograma deliberado pela RES 928/2021, as Distribuidoras deveriam voltar realizar a suspensão do fornecimento de Energia Elétrica junto a classe Residencial Baixa Renda, no mês de outubro de 2021.

46 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 16/03/2022 pela Diretoria, não podendo os senhores Cooperados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.



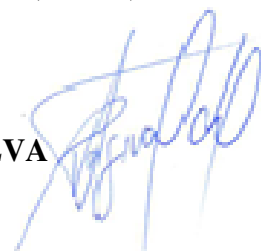
LAURINDO PEREIRA PINTO

Presidente

REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA

Contador

CRC 1SP198857/O-2





CERIS

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE
ITAPECERICA DA SERRA**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS, pelos seus membros representantes do Conselho Fiscal, abaixo identificados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2021 para os fins previstos no Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem as Demonstrações Contábeis, constatou-se que:

- 1) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- 2) As despesas efetuadas autorizadas pela Administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa e estão devidamente documentadas;
- 3) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;
- 4) O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;
- 5) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;
- 6) Que os resultados com Atos Cooperados, que apresentaram Sobras no valor de 453.934,50 (Quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), que ficarão à disposição da AGO para deliberação da sua destinação;
- 7) Que os resultados com Atos não Cooperados, que apresentou um lucro no valor de R\$ 178.323,68 (Cento e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), foi devidamente transferidos para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme determina na Lei e na NBC T 10.8;
- 8) Dado o exposto, recomendamos a aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício findo de 2021, pela Assembleia Geral Ordinária.

São Lourenço da Serra, 23 de fevereiro de 2022.

MARCO AURÉLIO DA C. SOARES
Marco Aurélio da C. Soares
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Marcelo Eleutério
Marcelo Eleutério
Conselheiro Fiscal - Titular

Audir Canevari
Audir Canevari
Conselheiro Fiscal - Titular

Avenida Evaristo Delfino Pinto nº 120 – Centro - CEP: 06890-000 - São Lourenço da Serra – SP

Fone / Fax: 4687-1122

CNPJ: (MF) 57.384.943/0001-82 - IE: 772.001.301.111



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO
DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 16 de fevereiro de 2022.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638